



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA - <https://www.tre-ma.jus.br>

<b>PROCESSO</b>	: 0006720-48.2021.6.27.8000
<b>INTERESSADO</b>	: SEÇÃO DE PROTOCOLO, DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E EXPEDIÇÃO
<b>ASSUNTO</b>	: CONTRATO Nº 15/2021. PRORROGAÇÃO.

**Parecer nº 1588 / 2025 - TRE-MA/PRES/DG/ASJUR**

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de pedido de prorrogação, pelo prazo de mais 12 meses, do Contrato n.º 15/2021 (doc. nº 2230866), e terceiro termo aditivo (doc. nº 2258256) firmado com os **CORREIOS** - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, que tem por objeto *“a contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e Anexos, quando contratados serviços específicos, que permite a compra de produtos e utilização dos diversos serviços dos CORREIOS por meio dos canais de atendimento disponibilizados.”*

A vigência do referido pacto findar-se-á em 18.10.2025 (CLÁUSULA SEGUNDA do Terceiro Termo Aditivo do Contrato - doc. nº 2258256 e publicação DOU - doc. nº 2265725).

Constam dos autos a anuência da contratada quanto à renovação (doc. nº 2504178), bem como manifestação da gestora/fiscal, declarando interesse na prorrogação e informando que a empresa tem desempenhado satisfatoriamente as suas obrigações (doc. nº 2504191)

Quanto à demonstração de vantajosidade, a gestora informou que há vantagem na prorrogação, conforme valores pagos à contratada (doc. nº 2504446) e juntou consultas de contratos com diversos Tribunais Regionais, conforme evidencia o doc. nº 2505578.

Acerca da disponibilidade de recurso financeiro, segundo informação da Seção de Programação e Execução Orçamentária (doc. nº 2532227), (...) *Informo, a seguir, os saldos atualizados das notas de empenho emitidas para custear as despesas com o Contrato n.º 15/2021 de prestação de serviços postais e transporte de encomendas: \_ NE 83/2025 (serviços postais - monopólio): R\$ 3.907,53 (três mil novecentos e sete reais e cinquenta e três centavos); \_ NE 189/2025 ( transporte de encomendas): R\$ 84.036,95 (oitenta e quatro mil trinta e seis reais e noventa e cinco centavos).* Informo, ainda, que há um saldo atualmente disponível de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte dotação: Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral; UGR: 070381 - SEPEX; Natureza da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Plano Interno: ADM LOGIST. *Tendo em vista a informação da SEPEX (ID 25068622506862) de que os valores constantes nas Notas de Empenho 83/2025 e 189/2025 serão suficientes para atender as despesas com a prorrogação do contrato 15/2021, no período de 19/10 a 31/12/2025 e uma vez que as citadas Notas de Empenho são estimativas, não será necessário nova disponibilidade orçamentária ou mesmo a emissão de novas notas de empenho para a presente despesa.*

Conta dos autos a certidão de regularidade do FGTS (doc. nº 2531163), Certidão do SICAF (doc. nº 2531160), bem como a certidão consolidada do TCU (doc. nº 2531164), atestando que a contratada não tem impedimentos para licitar e que possui regularidade fiscal e trabalhista junto às Receitas Federal e Estadual (docs. nº 2531166, 2531167 e 2531170).

Feitas estas considerações iniciais, passa-se à análise dos aspectos jurídicos relativos ao pedido, levando em conta que os de natureza técnica e orçamentária encontram-se superados com as manifestações dos setores responsáveis e servidores signatários.

Inicialmente, acerca da continuidade dos serviços, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o renomado autor Marçal Justen Filho, preleciona que:

*[...] a identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. **A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita.** Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.*

*Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). **O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço.*** **[1] (grifos nossos).**

Com efeito, ante o acima explicitado, constata-se que os serviços postais e transporte de encomendas, objeto do Contrato n.º 15/2021, possuem natureza contínua, essencial ao desempenho das atividades da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais no que se refere à comunicação e remessa de materiais, a exemplo dos de consumo, e equipamentos eletrônicos, não podendo este Tribunal prescindir dos mesmos.

Sobre o tema, o art. 57, inciso II, § 2º, da Lei nº 8.666/93, estabelece o seguinte:

*Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*[...]*

**II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;**

*[...]*

*§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.*

**(grifo nosso)**

De seu turno, a Instrução Normativa n.º 05/2017 do MPOG, em seu Anexo IX, determina que:

*[...]*

*3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:*

*a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

*b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

*c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

*d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

*e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação, e*

*f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

*[...]*

*11. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:*

*a) os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou*

*b) a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

No mesmo sentido, a Resolução TRE-MA n.º 9.477/2019 assim dispõe:

*Art. 3º O prazo inicial de vigência dos contratos de serviços continuados será, preferencialmente, de 12 (doze) meses e estão restritos aos limites estabelecidos nos incisos I, II, IV e V do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.*

*Parágrafo único: A prorrogação de prazo de vigência de contrato somente ocorrerá se:*

1. Constar a sua previsão no contrato;
2. Houver interesse da Administração;
3. For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4. For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração;
5. For comprovada a previsão e dotação orçamentária;
6. Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;
7. Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.

A Cláusula Sétima do Contrato n.º 15/2021 (doc. nº 1503308), por sua vez, estabelece que:

*7.1. O prazo de vigência do presente contrato, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93, será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por meio de termo aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.*

Da leitura dos dispositivos citados, observa-se que os contratos administrativos executados de forma contínua podem ser prorrogados, desde que os serviços tenham sido prestados regularmente, haja interesse da Administração na realização da atividade, o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso e a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação. Além disso, deve-se verificar se a empresa continua em condições de contratar com o poder público, bem como se não há sanções aplicadas que possam impedir a renovação.

Ante o exposto, uma vez que foram atendidos os critérios legais e contratuais, opina-se pelo deferimento do pedido de prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 15/2021, firmado com os **CORREIOS - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, por mais 12 (doze) meses, a *critério de conveniência e oportunidade da Administração*, com fundamento no art. 57, inciso II e § 2º, da Lei n.º 8.666/93; no art. 3º da Resolução TRE-MA n.º 9.477/2019, bem como na Cláusula Sétima do pacto firmado entre as partes signatárias.

São Luís, datado e assinado eletronicamente.

Marcelo Lira de Carvalho Nóbrega  
Técnico Judiciário

De acordo.  
Ao Diretor-Geral.

EDUARDO FLEMMING GUIMARÃES  
Assessor Jurídico Chefe



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO FLEMMING GUIMARÃES, Assessor(a)**, em 07/08/2025, às 14:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LIRA DE CARVALHO NÓBREGA, Técnico Judiciário**, em 07/08/2025, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2532465** e o código CRC **72A99422**.

0006720-48.2021.6.27.8000 2532465v11

